

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasilveículos Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.
A Assembleia Geral Extraordinária da SH2 realizada em 30 de novembro de 2012 deliberou, entre outros assuntos, a cisão total da controlada Aliança REV Participações S.A., com a versão de seu acervo líquido

cindido à SH2 e à Companhia, com sua consequente extinção. A partir dessa operação, a SH2 passou a controlar diretamente a Companhia.
Em 2013 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 1.813,9 milhões e lucro líquido de R\$ 93,5 milhões, representando a retomada da emissão das apólices relativas ao ramo de automóvel, comercializadas pelo canal bancário, que desde 1º de novembro de 2011 estavam sendo emitidas pela MAPFRE Seguros Gerais S.A. Referida transferência de carteira foi efetuada em 1º de janeiro de 2013. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2013 foi deliberado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 33,0 milhões.

Em atendimento à Circular SUSEP 464/13, a Companhia declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 416,5 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012 (reapresentado)	Passivo Circulante	Nota	2013	2012
Circulante		1.333.776	436.928	Contas a pagar		1.614.661	221.907
Disponível		5	2.062	Obrigações a pagar	14a	164.728	23.650
Caixa e bancos		5	2.062	Impostos e encargos sociais a recolher	14b	42.974	2.811
Aplicações	5	446.692	338.116	Encargos trabalhistas		3.578	2.587
Créditos das operações com seguros e resseguros		574.399	820	Impostos e contribuições		6.660	47
Prêmios a receber	7	574.382	803	Outras contas a pagar		42.883	1.896
Operações com resseguradoras		17	17	Débitos de operações com seguros e resseguros		63.257	223
Outros créditos operacionais	8	7.243	8.218	Operações com seguradoras		12	-
Títulos e créditos a receber		126.605	67.057	Corretores de seguros e resseguros	15	63.219	222
Títulos e créditos a receber	9	106.570	57.010	Outros débitos operacionais		26	1
Créditos tributário e previdenciários	24b	8.229	6.995	Depósitos de terceiros	16	41.003	10
Outros créditos	10	11.806	3.052	Provisões técnicas - seguros	17	1.345.673	198.024
Outros valores e bens		74.322	17.897	Danos		1.343.581	198.024
Bens a venda	11	68.981	17.897	Pessoas		2.092	-
Outros valores		5.341	-	Passivo não circulante		409.878	361.514
Despesas antecipadas		164	2.242	Contas a pagar		10	14
Custos de aquisição diferidos		104.346	516	Impostos e encargos sociais a recolher		10	14
Seguros		104.346	516	Provisões técnicas - seguros	17	11.077	2.857
Ativo não circulante		1.220.902	616.101	Danos		11.054	2.857
Realizável a longo prazo		1.199.790	605.855	Pessoas		23	-
Aplicações	5	575.913	33.710	Outros débitos	21	398.791	358.643
Títulos e créditos a receber		622.671	571.778	Provisões judiciais		398.791	358.643
Créditos tributários e previdenciários	24b	163.213	159.307	Patrimônio líquido	22	530.139	469.608
Depósitos judiciais e fiscais	20	459.458	412.471	Capital social		242.431	242.431
Custos de aquisição diferidos		1.206	367	Reserva de capital		92.888	92.888
Investimentos		1.755	2.087	Reservas de lucros		194.806	134.268
Participações societárias		269	-	Ajuste de avaliação patrimonial		14	21
Imóveis destinados a renda		1.473	1.551				
Outros investimentos		13	536				
Imobilizado	12	955	1.701				
Bens móveis		786	1.032				
Outras imobilizações		169	669				
Intangível	13	18.402	6.331				
Outros intangíveis		18.402	6.331				
Diferido		-	127				
Total do Ativo		2.554.678	1.053.029	Total do Passivo		2.554.678	1.053.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2013	2012
(+) Prêmios emitidos	23b	1.813.935	13.991
(-/+)		(12.899)	567.842
(=) Prêmios ganhos	23a	1.801.036	581.833
(+) Receita com emissão de apólices		(820)	3.653
(-) Sinistros ocorridos	23c	(1.121.299)	(454.272)
(-) Custos de aquisição	23d	(197.615)	(71.224)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	23e	(75.473)	(60.140)
(-) Despesas administrativas	23f	(269.140)	(101.088)
(-) Despesas com tributos	23g	(39.942)	(7.330)
(+) Resultado financeiro	23h	42.304	57.975
(+) Resultado patrimonial		88	27
(=) Resultado operacional		139.139	(50.566)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		139.139	(50.566)
(-) Imposto de renda	24a	(28.245)	13.776
(-) Contribuição social	24a	(12.828)	8.365
(-) Participações sobre o resultado		(4.528)	(4.584)
(=) Lucro líquido (prejuízo)		93.538	(33.009)
(/) Quantidade de ações		66.545.139	66.545.139
(=) Lucro líquido (prejuízo) por ações em Reais		1,41	(0,50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	93.538	(33.009)
Outros resultados abrangentes	(7)	(1.970)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(11)	(3.283)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	4	1.313
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	93.531	(34.979)
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:		
Acionistas da empresa controladora	93.531	(34.979)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		(reapresentado)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	93.538	(33.009)
Ajustes para:	31.644	1.309
Depreciação e amortizações	31.651	3.279
Títulos e valores mobiliários	(7)	(1.970)
Varição nas contas patrimoniais:	(51.722)	(25.622)
Ativos financeiros	(650.779)	466.340
Créditos das operações de seguros	(573.579)	317.732
Créditos tributários e previdenciários	(9.046)	(209.973)
Ativos fiscais diferido	3.906	113.974
Despesas antecipadas	2.078	50.341
Custos de aquisição diferidos	(104.669)	75.722
Outros ativos	(113.764)	(36.147)
Depósitos judiciais e fiscais	(46.987)	(26.967)
Fornecedores e outras contas a pagar	134.461	(8.043)
Impostos e contribuições	6.613	(41.598)
Débitos de operações com seguros e resseguros	63.034	(38.120)
Depósitos de terceiros	40.993	(2.726)
Provisões técnicas - seguros	1.155.869	(711.001)
Provisões judiciais	40.148	24.844
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	73.460	(57.322)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	332	187
Imobilizado	868	53
Intangível	127	-
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(30.443)	(129)
Intangível	(13.401)	(274)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(42.517)	(163)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Reserva de capital	-	91.832
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(33.000)	(40.000)
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades de financiamento	(33.000)	51.832
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.057)	(5.653)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.062	7.715
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	2.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros				Reserva de investimentos	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	222.431	20.000	1.056	35.742	144.533	27.002	-	1.991	-	452.755
Aprovação de aumento de capital-Portaria SUSEP nº 4.994 de 23 de novembro de 2012	20.000	(20.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva especial de ágio - AGE de 30 de novembro de 2012	-	-	91.832	-	-	-	-	-	-	91.832
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(1.970)	-	(1.970)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(33.009)	(33.009)	-
Proposta para distribuição do resultado:										
Dividendos deliberados em AGE de 26 de dezembro de 2012	-	-	-	-	(40.000)	-	-	-	-	(40.000)
Reserva de lucros	-	-	-	-	(33.009)	-	-	33.009	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	242.431	-	92.888	35.742	71.524	27.002	-	21	33.009	469.608
Criação da Reserva de Investimentos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	-	(71.524)	-	71.524	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	93.538	93.538	-
Proposta para distribuição do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	4.677	-	-	-	(4.677)	-	-
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 26 de junho de 2013	-	-	-	-	(27.002)	-	(5.998)	-	(33.000)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	88.861	-	(88.861)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	242.431	-	92.888	40.419	-	-	154.387	14	-	530.139

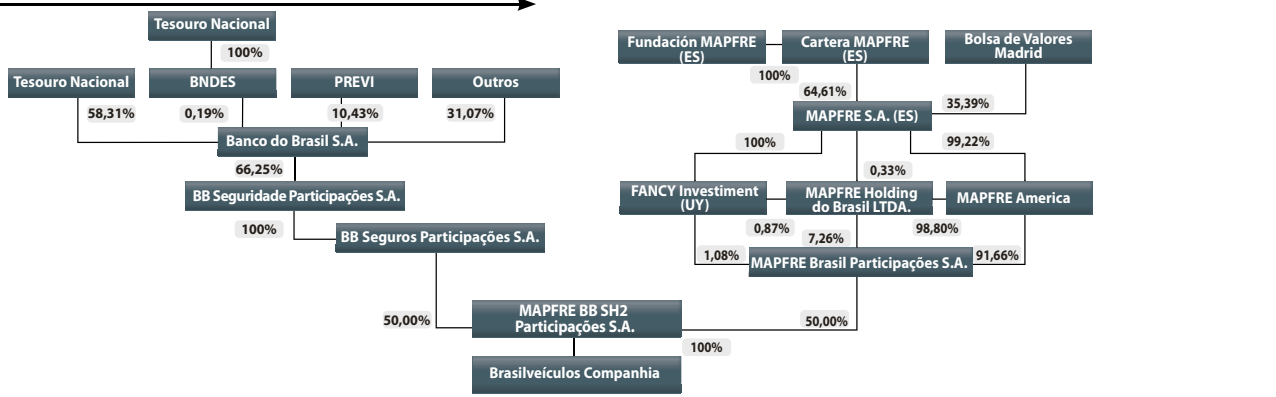
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilveículos Companhia de Seguros (doravante designada “Brasilveículos” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros no mês de setembro de 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por “SH1”), sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliário e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e

VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais *affinity*. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por “SH2”), sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de (i) seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais *affinity*. Visando a simplificação do modelo operacional e da estrutura societária do Grupo Segurador BBMAPFRE, a Assembleia Geral Extraordinária da SH2 realizada em 30 de novembro de 2012, deliberou, entre outros, a cisão total da controladora da Brasilveículos Companhia de Seguros e a Aliança REV Participações S.A. (doravante designada por “Aliança REV”), com a versão de seu acervo líquido cindido à sua controladora SH2 e à Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 27, com sua consequente extinção. Em 1º de janeiro 2013, a Brasilveículos incorporou a carteira de automóvel comercializada no canal bancário, que estava sendo administrada pela MAPFRE Seguros Gerais S.A. Conforme detalhamento na nota explicativa nº 27. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 20 de fevereiro de 2014. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.185/09 e da Circular SUSEP nº 464/13. Foram reclassificados os impostos diferidos IR e CS referente a ágio e prejuízo fiscal do Curto Prazo para o Longo Prazo, conforme apresentado abaixo:

	Saldos apresentados	Ajuste (36.368)	Saldos (reapresentados)
Ativo			31/12/2012
Circulante	473.296		Saldos (reapresentados)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor justo	Ganho (perda) não realizados
2012							
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	74.429	-	-	156.640	231.069	231.069	-
Fundo de Investimento exclusivos	74.429	-	-	151.536	225.965	225.965	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	78.813	78.813	78.813	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN - B)	-	-	-	54.295	54.295	54.295	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	-	18.428	18.428	18.428	-
Operação Compromissada	16.949	-	-	-	16.949	16.949	-
Fundos de Investimento - Não Exclusivo	2.613	-	-	-	2.613	2.613	-
Quotas de Fundos DPVAT	54.867	-	-	-	54.867	54.867	-
Carteira Administrada	-	-	-	5.104	5.104	5.104	-
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	-	-	-	5.104	5.104	5.104	-
Ativos disponíveis para venda	12.315	55.152	39.504	33.710	140.681	140.646	35
Carteira Administrada	12.315	55.152	39.504	33.710	140.681	140.646	35
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	12.315	53.471	17.313	2.415	85.514	85.514	-
Letras Financeiras (LF)	-	-	-	11.896	34.087	34.087	-
Debêntures	-	1.681	-	15.478	17.159	17.124	35
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	3.921	3.921	3.921	-
Subtotal das aplicações	86.744	55.152	39.504	190.350	371.750	371.715	35
Outras aplicações	76	-	-	-	76	76	-
Total das aplicações	86.820	55.152	39.504	190.350	371.826	371.791	35

d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB-DTVM S.A.). A gestão e o valor dos fundos DPVAT, é informado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., não tendo diferença entre o valor contábil e o valor de mercado. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA e para aquelas sem cotação utiliza-se metodologia própria - "Marked to Model" - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND). Para fins de cálculo do valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam-se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND, com o devido tratamento estatístico de acordo com o manual de marcação a mercado disponível no site da BB-DTVM. Para os CDB's foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado que utiliza como base parâmetros dos negócios efetivados nos últimos 15 dias nos fundos de investimento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., leilões e/ou consultas no mercado e emissões primárias registradas na CETIP S.A. - Mercados Organizados. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autogestão da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. **e) Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve transferência de ativos entre Níveis, bem como a Companhia não possui aplicações classificadas no Nível 3.

	2013			2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundo de Investimento	407.183	-	407.183	225.965	-	225.965
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	182.475	-	182.475	78.813	-	78.813
Notas do Tesouro Nacional (NTN - B)	70.681	-	70.681	54.295	-	54.295
Quotas de Fundo DPVAT	61.901	-	61.901	54.867	-	54.867
Operação Compromissada	54.928	-	54.928	16.949	-	16.949
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	24.241	-	24.241	18.428	-	18.428
Quotas de Fundo Não Exclusivo	12.957	-	12.957	2.613	-	2.613
Carteira Administrada	-	30.885	30.885	-	5.104	5.104
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	-	30.885	30.885	-	5.104	5.104
			2013			2012
Ativos disponíveis para venda	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira Administrada	167.877	167.877	167.877	140.681	140.681	140.681
Letras Financeiras (LF)	75.000	75.000	150.000	34.087	34.087	68.174
Debêntures	73.372	73.372	146.744	17.159	17.159	34.318
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	15.253	15.253	30.506	85.514	85.514	171.028
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.252	4.252	8.504	3.921	3.921	7.842
			2013			2012
Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundo de Investimento	416.550	-	416.550	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN - B)	348.357	-	348.357	-	-	-
Letra do Tesouro Nacional (LFT)	46.862	-	46.862	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN - F)	21.331	-	21.331	-	-	-
Outras aplicações	110	-	110	76	-	76
Total	823.843	198.762	1.022.605	226.041	145.785	371.826

f) Desempenho: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, títulos públicos e títulos privados que compõem a Carteira de Investimentos atingiu 2,88% (9,29% em 2012) no acumulado do ano, representando 35,73% (100,64% em 2012) do CDI que foi de 8,06% (8,39% em 2012).

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía exposição em contratos de derivativos. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Apresentamos a seguir os instrumentos financeiros derivativos relativos a 31 de dezembro de 2012:

	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
LTN - A vencer acima de 360 dias	1.000	100.000	78.813	(26)

7. PRÊMIOS A RECEBER

	2013	2012
Prêmios a receber	587.564	2.511
(-) Redução do valor recuperável	(13.182)	(1.708)
Total	574.382	803

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e custo de aquisição, bem como as operações de retrocessões. O parcelamento médio dos prêmios a receber é de 6 meses.

a) Movimentação de prêmios a receber

	2013	2012
Saldo Inicial	2.511	324.813
Prêmios emitidos	2.278.742	2.372
Cancelamentos	(173.339)	(28.715)
Recebimentos	(2.086.648)	(297.319)
Transferência	566.298	-
Saldo final	587.564	2.511

As operações estão brutas dos saldos de RVNE no montante de R\$ 35.178 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2012).

b) Composição por prazo de vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	2013	2012
Vencendo:	484.491	33
Vencidos: 1 a 30 dias	71.770	-
Vencidos: 31 a 60 dias	6.093	-
Vencidos: 61 a 120 dias	4.288	331
Vencidos: 121 a 180 dias	3.483	325
Vencidos: 181 a 365 dias	4.325	268
Vencidos superior a 365 dias	10.004	1.654
Total	587.564	2.511

8. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

	2013	2012
Corretores	3.202	4.329
DPVAT	1.371	1.286
Cheques restituídos	2.670	2.603
Total	7.243	8.218

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2013	2012
Ressarcimento a receber	34.322	805
Aluguéis a receber	147	93
Créditos a receber	68.023	80
Compartilhamento de despesas administrativas a receber	4.055	56.008
Outros	23	24
Total	106.570	57.010

10. OUTROS CRÉDITOS

	2013	2012
Adiantamento a funcionários	11.339	2.623
Adiantamentos administrativos	467	429
Total	11.806	3.052

11. BENS A VENDA

a) Composição	2013	2012
Salvados	68.981	20.125
(-) Redução ao valor recuperável	(2.228)	-
Total	68.981	17.897

b) Salvados: A partir da data de registro na Companhia, os salvados apresentam a seguinte abertura por prazo:

	2013	2012
Automóveis	12.668	770
De 31 a 30 dias	12.597	815
De 61 a 120 dias	18.603	1.634
De 121 a 180 dias	10.222	1.475
De 181 a 365 dias	14.891	3.983
Superior a 365 dias	-	9.220
Total	68.981	17.897

12. IMOBILIZADO

	Taxa Anual (%)	2012	Aquisição	Baixas	Depreciação	2013
Imobilizado						
Móveis e equipamentos de uso	10	741	20.175	(173)	(20.155)	588
Veículos	20	291	2.526	(94)	(2.525)	198
Outras imobilizações	10	669	7.742	(601)	(7.641)	169
Total		1.701	30.443	(868)	(30.321)	955
Imobilizado						
Móveis e equipamentos de uso	10	934	35	(27)	(201)	741
Veículos	20	942	87	(2)	(91)	291
Outras imobilizações	10	796	8	(24)	(111)	669
Total		2.022	130	(53)	(403)	1.719

13. INTANGÍVEL

	Taxa Anual (%)	2012	Aquisição	Baixas	Amortização	2013
Intangíveis						
Projetos corporativos	20	8.025	9.270	-	-	17.295
Licenças	20	10.116	4.131	-	-	14.247
(-) Amortização acumulada	20	(11.810)	-	-	(1.330)	(13.140)
Total		6.331	13.401	-	-	(1.330)
Diferido						
Projetos		7.325	-	-	(7.325)	-
(-) Amortização acumulada		(7.198)	-	-	7.198	-
Total		127	-	-	127	-
Intangíveis						
Projetos corporativos	20	8.025	-	-	-	8.025
Licenças	20	9.842	274	-	-	10.116
(-) Amortização acumulada	20	(9.142)	-	-	(2.668)	(11.810)
Total		8.725	274	-	-	(2.668)
Diferido						
Projetos		7.325	-	-	-	7.325
(-) Amortização acumulada		(6.990)	-	-	(208)	(7.198)
Total		335	-	-	(208)	127

14. CONTAS A PAGAR

a) Obrigações a pagar

	2013	2012
Fornecedores	18.953	5.986

Aluguéis	104	840
Participação nos lucros a pagar	10.746	5.644
Obrigações a pagar	3.422	-
Compartilhamento de despesas administrativas a pagar	18.028	8.399
Cheques a compensar	11.565	-
Outros	5.815	-
Total	68.633	16.309

b) Impostos e encargos sociais a recolher

	2013	2012
Imposto retido na fonte - funcionários	1.245	1.190
Imposto sobre operações financeiras	37.899	127
Contribuições previdenciárias	1.830	946
Contribuição para FGTS	856	466
Outros	1.144	82
Total	42.974	2.811

15. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

O saldo apresentado em Corretores de seguros e resseguros no valor de R\$ 63.219 (R\$ 222 em 2012) refere-se às comissões sobre prêmios emitidos pendentes e comissões a pagar a corretores.

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas na rubrica "Depósitos de terceiros" são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados da rubrica de "Prêmios a receber", configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Companhia, no montante de R\$ 41.003 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2012).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essas operações se referem, basicamente, a contratação de seguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores em 2013 e 2012 foram os seguintes:

	2013	2012
Proventos	584	1.784
Plano de previdência complementar	104	107
	688	1.891

b) Compartilhamento de despesas: Em 2012, foi implementada a distribuição das despesas administrativas entre as empresas operacionais do Grupo Segurador BMAPFRE através do Modelo de Alocação e Rateio de Custos - M.A.R.C.. Visando a aplicabilidade do modelo, foi elaborada a padronização das estruturas de centros de custos para todas as empresas do Grupo, criados com base nos organogramas contemplando o nível de Diretorias Gerais até o nível de Gerências. O rateio contemplou os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing) incorridos a partir de 2012, impactando no resultado e contas patrimoniais, por empresa, sendo que as liquidações financeiras entre as empresas, relativas ao rateio de 2012, ocorreram no início de 2013. **c) Outras informações:** Não são efetuados pela Companhia, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares, conforme legislação em vigor. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem individualmente ou em conjunto participação acionária na Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e as receitas e despesas incorridas no exercício estão resumidos no quadro abaixo:

Partes relacionadas	Relação	2013			2012		
		Ativo	Passivo	Despesa	Ativo	Passivo	Despesa
Aliança do Brasil Seguros S.A. Companhia de Seguros	Coligada	221	172	792	43	3.783	-
Aliança do Brasil MAPFRE Affinity Seguradora S.A.	Coligada	1.777	1.915	18.995	-	23.236	1.026
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligada	1.807	15.414	147.942	6.678	24.704	-
MAPFRE Vida S.A.	Coligada	81	422	5.675	34	1.499	-
Vida Seguradora S.A.	Coligada	26	73	781	-	686	-
BB MAPFRE Assistência S.A.	Coligada	709	-	60.347	-	-	-
BB Administradora de Cartões de Crédito	Coligada	-	-	-	-	14	2.744
BB Corretora	Coligada	-	-	-	-	1.765	222
BB Previdência Privada - Fundo de pensão do Banco do Brasil	Coligada	-	-	-	-	-	-
BBDTVM - Distr. Títulos e Valores Mobiliários	Coligada	-	-	-	-	279	5.693
BBTur Viagens e Turismo S.A. Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada	-	-	-	-	3	1.860
							131
							571

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da Brasileículos Companhia de Seguros: Conforme disposto na Circular SUSEP nº 272/2004 e na Resolução CNSP nº 135/2005, realizamos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas, dos Limites de Retenção e dos demais aspectos atuariais concernentes aos ramos de seguros operados pela Brasileículos Companhia de Seguros no exercício de 2013. Neste parecer atuarial, conforme requerido nas disposições regulamentares, registramos a nossa avaliação conclusiva a respeito da adequação das provisões técnicas da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

26. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período reconhecidas na demonstração do resultado totalizaram R\$ 58 (R\$ 464 em 2012).

27. CISA E INCORPORAÇÃO

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de novembro de 2012, foram aprovados o Protocolo de Cisão e seu respectivo laudo de avaliação, relativos à operação de cisão total da Aliança REV. O laudo de avaliação foi elaborado na data-base de 31 de outubro de 2012 e apresentou o seguinte valor de patrimônio cindido e vertido para as correspondentes empresas:

Aliança REV Participações	Saldo cindidos - 31/10/2012		Eliminações (a)	Acervo líquido e transferência de participação acionária - SH2	Incorporação ágio do investimento BV
Ativo circulante	8.869	-	-	8.869	-
Investimentos					
ABS	104.743	104.743	-	-	-
Ajustes TVM ABS	900	900	-	-	-
BV	425.618	425.618	-	-	-
Ajustes TVM BV	3	3	-	-	-
Ágio investimento BV	247.558	-	-	-	247.558 (b)
PMPL	(155.725)	-	-	-	(155.725) (b)
Total do Ativo	631.966	531.264	-	8.869	91.833
Passivo circulante	34	-	-	34	-
Patrimônio líquido	631.932	531.264	-	8.835	91.833
Total do Passivo	631.966	531.264	-	8.869	91.833

(a) Referem-se às eliminações dos investimentos que a Aliança REV Participações possuía na Companhia e na investida Aliança do Brasil Seguros S.A., para as quais os controles acionários foram transferidos para a holding SH2. (b) Conforme requerido pela CVM nº 349/01 e ICPC 09 os valores relativos ao ágio e a PMPL demonstram o benefício fiscal que será realizado pela Companhia. Nesse sentido, esses montantes foram totalmente reconhecidos como ativo fiscal diferido na Companhia.

28. TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA

Dando continuidade à estratégia para a formação da parceria entre os Grupos MAPFRE e Banco do Brasil, sob a perspectiva da reestruturação operacional, a carteira de seguros de automóvel, comercializada no canal bancário, foi transferida da MAPFRE Seguros Gerais S.A. para a Companhia em 1º de janeiro de 2013. Referida operação foi aprovada através da Carta SUSEP/SEGER nº 385/2012 de 24 de outubro de 2012 e comunicada pela Companhia no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2012. A vigência média da carteira transferida foi de 6 meses e o valor financeiro líquido referiu-se aos direitos e obrigações transferidos de R\$ 231.406. Liquidados em novembro de 2013. Os direitos e obrigações relacionados às transferências conforme contrato celebrado entre as partes são: a) Assumir as garantias previstas nas Condições Gerais, Especiais e Particulares das carteiras de seguros transferidas, estabelecer preços, avaliar riscos, fazer cotação, administrar e desempenhar todos os deveres de uma seguradora, com relação ao seguro. b) Processar, ajustar, pagar ou recusar as indenizações previstas nas apólices/certificados individuais, de acordo com a legislação aplicável, e nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares dos respectivos seguros. c) Prestar atendimento pós-venda ao cliente/segurado, mantendo serviço de atendimento ao cliente.

d) Balanço dos valores transferidos:

	Janeiro de 2013		Janeiro de 2013
Ativo		Passivo	
Circulante	1.385.925	Circulante	1.394.291
Disponível	668.177	Contas a pagar	37.176
Caixa e bancos	668.177	Impostos e encargos sociais a recolher	37.176
Créditos das operações com seguros e resseguros	577.028	Débitos de operações com seguros e resseguros	292.242
Prêmios a receber	577.028	Transferência de carteira - seguros	231.406
Títulos e créditos a receber	1.935	Corretores de seguros e resseguros	60.836
Títulos e créditos a receber	1.935	Provisões técnicas - seguros	1.064.873
Outros valores e bens	38.263	Danos	1.064.873
Bens a venda	38.263	Passivo não circulante	8.578
Custos de aquisição diferidos	100.522	Provisões técnicas - seguros	8.578
Seguros	100.522	Danos	8.578
Ativo não circulante	16.944		
Imobilizado	16.944		
Imóveis de uso próprio	16.944		
Total do ativo	1.402.869	Total do passivo	1.402.869

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Medida Provisória nº 627: Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: *i.* revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; *ii.* altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração desta conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014. **b) Comitê de auditoria:** Conforme permite o artigo 14 da Resolução CNSP nº 118 de 22 de dezembro de 2004, o Comitê de Auditoria foi constituído na MAPFRE BB SH2 Participações S.A., a qual publica o respectivo resumo do relatório em conjunto com suas demonstrações financeiras, que também referenda as operações da Companhia.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 6 de janeiro de 2014, a SUSEP emitiu a Circular nº483 referente ao novo plano contábil para as sociedades seguradoras que passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014.

Nossas análises foram fundamentadas nas melhores práticas atuariais aplicáveis no Brasil e internacionalmente aceitas, e na observância da legislação de seguros atualmente vigente no país. Verificamos que a Provisão de Prêmios Não Ganhos, referentes aos riscos vigentes emitidos ou não, a Provisão de Sinistros à Liquidar, a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados e a Provisão de Despesas Relacionadas constituídas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 foram calculadas conforme legislação em vigor e estão adequadas para o cumprimento dos compromissos assumidos com os seus segurados. Verificamos ainda que, para a data base supramencionada, os Limites de Retenção praticados

pela Companhia são adequados aos negócios subscritos. Este Parecer é parte integrante do Relatório de Avaliação Atuarial.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

Wady José Mourão Cury
Diretor Responsável Técnico

Adriana Nery Osassa Okada
Atuária Responsável Técnica MIBA 1.031

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Brasileículos Companhia de Seguros

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasileículos Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasileículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

Reclassificações de anos anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa 2 (b), as informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2 (b), e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Dessa forma, nenhuma alteração é requerida em nosso relatório sobre as referidas demonstrações financeiras reapresentadas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira
Contador CRC-1SP232769/O-1

DIRETORIA

Júlio Cezar Alves de Oliveira
Diretor-Presidente

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Vice-Presidente

Arno Meyer
Carlos Alberto Landim
Felipe Costa da Silveira Nascimento
Jabis de Mendonça Alexandre
Luiz Antonio Mac Dowell da Costa

Raphael de Luca Júnior
Roberto Barroso
Rogério Guede Vergara
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA nº 1031